

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
------------------------	-----------

Parte I – O FENÔMENO JURÍDICO

NOTAS SOBRE O CONCEITO DE DIREITO.....	29
---	-----------

[1] O objetivo destas notas.....	29
[2] Origem mítica e etimológica do termo “direito”.....	29
[3] A proposta de um conceito sintético de direito.....	29
[4] Direito como fenômeno social.....	30
[5] A historicidade do direito.....	31
[6] A captação da tradição histórica não pode ser arbitrária. O caso da pandemia.....	32
[7] O direito é cultural. A imputação político-democrática	33
[8] O direito como um fenômeno bilateral. A relação intersubjetiva	35
[9] O direito é atributivo. Fenômeno linguístico	36
[10] A atributividade do direito é heterônoma	36
[11] A heteronomia não se confunde com a arbitrariedade	37
[12] Ainda sobre a atributividade. A coercitividade e o Estado.....	38
[13] A finalidade do direito é a estabilização das relações sociais	39

O CONHECIMENTO JURÍDICO	43
--------------------------------------	-----------

[14] Os diversos níveis de conhecimento jurídico	43
[15] Ciência jurídica	43
[16] Dogmática jurídica.....	44
[17] Filosofia do direito	45
[18] Sociologia jurídica.....	47
[19] Teoria do direito.....	49

DIREITO E MORAL	51
[20] Direito e moral. Colocação do problema	51
[21] Conceito de moral	51
[22] O dinamismo histórico da moral	52
[23] Ética	52
[24] Moral e ética	53
[25] A moral e o direito como setores da ética	53
[26] A natureza da norma moral	53
[27] A natureza da norma jurídica	54
[28] Quadro comparativo	54
[29] Teoria de Alexy acerca da relação direito e moral	54
[30] Vinculação. Tese tipicamente jusnaturalista	55
[31] Crítica à tese da vinculação	55
[32] Separação. Tese tipicamente positivista	56
[33] Crítica à tese da separação	57
[34] Complementariedade. Tese tipicamente pós-positivista	58
[35] Crítica à tese da complementariedade	60
[36] Teoria de Reale acerca da relação direito e moral	60
[37] Círculos concêntricos	61
[38] Círculos secantes	61
[39] Crítica à teoria de Reale	62
[40] O tridimensionalismo admite a função corretiva da moral sobre o direito	62
DIREITO E DEMOCRACIA	65
[41] Conceito formal de democracia	65
[42] Democracia formal e direito	66
[43] Democracia substancial e direito	67
[44] A inefetividade parcial das normas jurídicas é natural no Estado democrático de direito (desvio fisiológico)	67
[45] Crise da democracia. Desvio fisiológico convertido em patológico	68
[46] Agravamento da crise da democracia. Violação de direitos para fazer com que se cumpram os direitos	70
[47] O direito e os fatores corruptores da democracia	72
[48] Regime da informação	72
[49] Infocracia e o direito. A urgência da regulação	74
[50] A democracia e as minorias. Colocação do problema	76
[51] Conceito jurídico de minoria	77
[52] O princípio da igualdade como protetor da diferença	78

DIREITO E ECONOMIA.....	81
[53] A economia nos manuais de direito e sua crescente importância	81
[54] Conceito de economia.....	81
[55] Atividade econômica.....	82
[56] Duas visões sobre a economia	82
[57] Concepção engenheira ou positiva da economia.....	82
[58] Concepção ética da economia	83
[59] Nota crítica de Lafayette Josué Petter sobre as duas visões	84
[60] A visão econômica adotada pela Constituição de 1988	85
[61] O predomínio da visão engenheira. O caso dos preços dos combustíveis	86
[62] Direito e economia.....	87
[63] Exemplos da interdependência entre direito e economia	88
[64] Doutrinas que tratam da relação do direito com a economia.....	88
[65] O determinismo econômico (Karl Marx)	88
[66] Capitalismo e cristianismo (Max Weber)	89
[67] A doutrina da Análise Econômica do Direito (AED).....	90
[68] O consequencialismo na LINDB e a Análise Econômica do Direito (AED).....	91
[69] A utilização da AED e o art. 7º, IV, Constituição Federal.....	92
[70] Crítica de Ferrajoli à relação predominante da economia sobre a política e o direito.....	93
[71] A democracia cosmopolítica. Uma Constituição da Terra.....	95
[72] Seria a Constituição da Terra uma aspiração romântica?	97
DIREITO E INFORMÁTICA.....	99
[73] A informática no direito. A urgência da reflexão	99
[74] Uma definição de informática.....	100
[75] Direito informático	100
[76] Informática Jurídica	101
[77] Automação simples.....	102
[78] Inteligência artificial (IA).....	102
[79] A estrutura das decisões judiciais e administrativas.....	104
[80] Os limites da automação das decisões judiciais e administrativas	105

Parte II – TEORIA DAS FONTES

FONTES DO DIREITO – Conceito e Classificação.....	109
[81] O duplo sentido de fonte do direito	109

[82]	Dois grandes modelos de sistemas jurídicos	109
[83]	<i>Common Law</i>	109
[84]	<i>Civil Law</i>	110
[85]	A proposta de um conceito de fonte do direito	110
[86]	Classificações de fontes do direito	112
[87]	Fonte direta	112
[88]	Fonte indireta	112
[89]	Fonte subsidiária	112
[90]	Fontes materiais (fonte de produção e de atualização)	112
[91]	Fontes formais (de cognição)	113
[92]	Fontes formais estatais	114
[93]	Fontes formais não estatais	114
[94]	Fontes internacionais.....	114
[95]	Fontes formais e materiais como fontes separadas.....	115
[96]	Fonte formal é diferente de norma jurídica	115
[97]	Inseparabilidade entre a fonte formal e a material	115
[98]	Interdependência entre as fontes material e formal na gênese do texto normativo.....	116
[99]	Interdependência das fontes material e formal na interpretação/aplicação do texto normativo	116
[100]	Hierarquia das fontes formais estatais.....	117
[101]	Constituição como fonte maior do direito	119
[102]	Funções dogmáticas da Constituição no constitucionalismo contemporâneo.....	119
	A LEI – Fonte formal estatal	121
[103]	Sentidos da palavra “lei”	121
[104]	Sentido amplíssimo.....	121
[105]	Sentido amplo	121
[106]	Sentido estrito ou técnico	121
[107]	A lei é um conjunto de técnicas. Instrumento de comunicação. Subsunção invertida	122
[108]	Técnicas de redação.....	123
[109]	As qualidades do bom legislador	123
[110]	Características essenciais das leis.....	124
[111]	Prévias	124
[112]	Gerais.....	124
[113]	Abstratas	125

[114] Espécies de leis (sentido técnico). Fontes primárias	125
[115] Lei Complementar	125
[116] Lei ordinária.....	126
[117] Lei delegada.....	126
[118] Medidas Provisórias	126
[119] Decreto legislativo	127
[120] Resolução.....	127
[121] Fontes formais de hierarquia inferior às leis.....	127
[122] Decretos regulamentares.....	128
[123] Portarias, instruções normativas, instruções ministeriais, resoluções administrativas, cartas circulares, deliberações entre outros atos normativos	129
[124] Contratos administrativos.....	129
JURISPRUDÊNCIA – Fonte formal estatal	131
[125] Conceito de jurisprudência.....	131
[126] O novo papel da jurisprudência	131
[127] Espécies de jurisprudências e seus efeitos.....	132
[128] Súmula vinculante	133
[129] Decisões definitivas nas ações de controle concentrado.....	133
[130] Decisões em recursos extraordinários e especiais em casos de demandas repetitivas.....	134
[131] Temas e teses de repercussão geral do STF.....	135
[132] Súmulas comuns (“não” vinculantes)	135
[133] Inconstitucionalidade dos incisos III, IV e V, do art. 927, do CPC.....	135
[134] Poder normativo da Justiça do Trabalho.....	137
[135] Decisões isoladas dos tribunais.....	137
[136] Súmulas administrativas	137
[137] Respostas administrativas a consultas	138
TRATADOS, COSTUMES INTERNACIONAIS E ATOS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – Fontes internacionais.....	139
[138] As fontes internacionais. As fontes convencionais e extraconvencionais.....	139
[139] Tratados internacionais	140
[140] Competências para decidir e assinar os tratados	140
[141] A incorporação dos tratados internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro	140
[142] Os tratados internacionais de direitos humanos	141

[143] Procedimento para a incorporação.....	142
[144] Denúncia do tratado	143
[145] Exemplos de Tratado Internacional.....	143
[146] Costume internacional.....	143
[147] Atos normativos das organizações internacionais	143
COSTUME, DOCTRINA E CONTRATO PRIVADO – Fontes não estatais	145
[148] As fontes não estatais.....	145
[149] Costume jurídico.....	145
[150] Costume como fonte subsidiária.....	146
[151] Pressupostos para a configuração do costume jurídico	146
[152] Pressuposto objetivo.....	146
[153] Pressuposto subjetivo.....	147
[154] Espécies de costumes jurídicos.....	147
[155] Costume <i>secundum legem</i>	147
[156] Costume <i>praeter legem</i>	147
[157] Costume <i>contra legem</i>	148
[158] Costume <i>contra legem</i> e a lei dos mercados	148
[159] Doutrina	149
[160] O duplo papel da doutrina	149
[161] Contratos privados.....	150
ANALOGIA – A integração pela razão jurídica	153
[162] Conceito de analogia	153
[163] Analogia não é fonte, mas uso da razão jurídica para revelar a fonte.....	153
[164] A analogia visa garantir a coerência do ordenamento.....	154
[165] A analogia no direito positivo.....	154
[166] Lacuna	155
[167] O procedimento da analogia.....	155
[168] Exemplo de analogia.....	155
[169] Situação não passível de aplicação da analogia por falta de coincidência nos aspectos essenciais	156
[170] Analogia não se confunde com interpretação analógica	156
[171] A analogia e a interpretação extensiva.....	156
[172] Analogia legal e jurídica.....	157
[173] Homofobia. O caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 no STF (23.5.19)	158

Parte III – TEORIA DA NORMA JURÍDICA

DIREITO POSITIVO	163
[174] Direito positivo	163
[175] A fenomenologia do direito positivo	163
[176] Direito positivo e sua norma de reconhecimento	164
[177] Composição do direito positivo	166
DIREITO OBJETIVO, SUBJETIVO E DEVER SUBJETIVO (GARANTIA)	167
[178] Direito objetivo.....	167
[179] A diversidade de conceitos de direito subjetivo	168
[180] Windscheid (vontade) e Jhering (interesse).....	168
[181] Solução eclética (Jellinek e Kaufmann)	168
[182] Outras propostas (Reale, Ferraz Jr., Guastini e Ferrajoli).....	169
[183] Proposta de um conceito de direito subjetivo	170
[184] Um exemplo de direito subjetivo a partir do fato gerador.....	171
[185] A lei também pode ser o fato gerador do direito subjetivo	172
[186] Direito subjetivo e expectativa de direito.....	172
[187] Direito subjetivo e direito potestativo.....	173
[188] O direito subjetivo se distingue de <i>facultas agendi</i>	174
[189] Espécies de direito subjetivo segundo a fonte.....	174
[190] Direitos subjetivos contratuais.....	175
[191] Direitos subjetivos legais.....	175
[192] Direitos subjetivos constitucionais	175
[193] Teorias de negação do direito subjetivo.....	176
[194] Léon Duguit e a situação jurídica	176
[195] Hans Kelsen e o direito subjetivo como norma.....	176
[196] Dever subjetivo como a garantia do direito subjetivo	177
[197] O garantismo jurídico e o direito subjetivo	178
[198] A utilidade do direito subjetivo no mundo jurídico.....	179
A NORMA JURÍDICA – Texto e norma. Pragmática e fenomenologia hermenêutica.....	181
[199] Direito como ordem do caos.....	181
[200] Qualquer ordenação é também um fenômeno normativo.....	181
[201] A normatividade no direito.....	182

[202] O conceito de norma jurídica.....	182
[203] Noção de interpretação jurídica e de aplicação.....	182
[204] A compreensão abarca a interpretação e a aplicação.....	183
[205] Interpretação compreensiva e empatia.....	185
[206] As normas jurídicas são fruto da interpretação	186
[207] Interpretação “científica” e “do órgão aplicador do direito” em Kelsen	187
[208] Texto normativo não se confunde com norma	187
[209] Texto é um dado palpável. É prévio à norma.....	189
[210] O intérprete não é o legislador.....	190
[211] Para cada texto normativo há somente uma norma?.....	191
[212] Texto (direito vigente) e norma (direito vivente) e a regra da designação.....	192
[213] Da crítica de Ferrajoli à “insuficiência” do texto normativo	193
[214] Ponderações às críticas de Ferrajoli à hermenêutica gadameriana.....	194
[215] “Norma” na linguagem comum do direito	197
[216] Tanto o dispositivo quanto a norma são enunciados linguísticos.....	197
[217] O enunciado linguístico é uma proposição	198
[218] As formas gramaticais dos enunciados prescritivos	198
[219] A perspectiva sintática e semântica da norma jurídica. A Escola da Exegese	199
[220] Limitação das dimensões sintática e semântica. O significado de base e o contextual	200
[221] A dimensão pragmática da norma jurídica (nos caminhos da fenomenologia hermenêutica).....	200
[222] A decisão do STF sobre a imunidade tributária dos livros. Superação do sentido de base	201
[223] A interpretação a partir da fenomenologia hermenêutica. A construção da norma jurídica.....	202
LÓGICA NORMATIVA E ESTRUTURA DAS NORMAS JURÍDICAS	205
[224] A relevância da lógica normativa e da estrutura da norma jurídica	205
[225] Lógica normativa quanto ao modo deôntico.....	205
[226] Estrutura lógica da norma jurídica na visão de Kelsen	207
[227] A subsunção e a discricionariedade judicial	208
[228] Kelsen e os fragmentos de normas	208
[229] Kelsen e o direito como “força”	209
[230] “Silogismo é só o cerne do discurso judicial”	210
[231] O direito não se limita à lógica formal	210
[232] Não é verdade que só há direito quando houver resistência ao previsto pela norma	211

[233] “A norma jurídica como proposição hipotética é uma falsa generalização”	212
[234] Há quatro diferentes formas lógicas das normas jurídicas	212
[235] Normas hipotéticas	213
[236] Normas téticas	213
[237] Normas deônticas	213
[238] Normas constitutivas	213
SUBSUNÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	215
[239] Noção de subsunção clássica.....	215
[240] A rejeição da subsunção pelos hermeneutas contemporâneos.....	215
[241] Subsunção na perspectiva contemporânea	216
[242] Subsunção contemporânea e hermenêutica da faticidade.....	217
CLASSIFICAÇÕES DAS NORMAS JURÍDICAS.....	221
[243] Classificação das normas jurídicas	221
[244] Quanto à imperatividade	221
[245] Impositiva ou cogente (de ordem pública)	221
[246] Dispositiva (permissiva).....	223
[247] Quanto à hierarquia.....	224
[248] Fonte Maior	224
[249] Normas primárias.....	224
[250] Normas secundárias	224
[251] Quanto à natureza das disposições.....	225
[252] Substantivas (de direito material).....	225
[253] Adjetivas (processuais).....	225
[254] Quanto à aplicação	225
[255] Eficácia plena.....	225
[256] Eficácia relativa restringível.....	226
[257] Eficácia relativa complementável.....	226
[258] Quanto à autonomia legislativa	227
[259] Nacional.....	227
[260] Normas nacionais propriamente ditas	227
[261] Normas gerais.....	228
[262] Normas gerais estaduais. Exceção	229
[263] Local (ou regional)	229
[264] Federal, estadual, distrital e municipal	229
[265] Quanto à sistematização	230

[266] Esparsas ou extravagantes	230
[267] Codificadas.....	230
[268] Consolidadas	230
REGRA E PRINCÍPIO	231
[269] A necessidade de diferenciar a “regra” de “princípio”	231
[270] O princípio como fundamento da regra (Josef Esser)	233
[271] Princípio como fundamento interpretativo ou comando diretivo de regras (Karl Larenz).....	234
[272] A dimensão de peso dos princípios (Ronald Dworkin).....	234
[273] O princípio como mandato de otimização (Robert Alexy)	235
[274] O princípio como norma destituída de <i>fattispecie</i> (Gustavo Zagrebelsky).....	236
[275] A referência empírica como critério de distinção (Luigi Ferrajoli).....	237
[276] Síntese dos vários critérios diferenciadores	239
[277] A identificação de um princípio não é uma questão de fato, mas de interpretação compreensiva	240
[278] Os princípios “implícitos”	240
[279] A autointitulação de princípio não pode ser simplificada.....	241
[280] As funções dogmáticas dos princípios.....	242
[281] Os princípios na produção normativa	242
[282] A função dos princípios na interpretação. A interpretação “conforme”	243
[283] Os princípios na integração do ordenamento jurídico	243
[284] Os princípios e a interpretação do art. 4º da LINDB.....	244
PLANOS DE ANÁLISES DA NORMA JURÍDICA E SEUS ATRIBUTOS DE VALIDEZ...	247
[285] Planos de análise no direito	247
[286] Plano da existência.....	247
[287] Publicação	248
[288] Publicação oficial	248
[289] Nova publicação.....	249
[290] Publicação e validade.....	250
[291] Plano da Validade.....	250
[292] Existe validade ética ou axiológica?	251
[293] Vigência, vigor e ultratividade.....	252
[294] A presunção de conhecimento da lei	253
[295] A presunção de conhecimento da lei pode ser relativa?	254
[296] As normas dispositivas e a presunção de conhecimento da lei	255

[297] O erro de direito e a presunção de conhecimento da lei	255
[298] <i>Vacatio legis</i>	256
[299] A perda da vigência	257
[300] Perda de vigência pela declaração de inconstitucionalidade	257
[301] Perda da vigência pelo desuso lícito (ineficácia material)	258
[302] Perda da vigência pelo desuso ilícito (costume <i>contra legem</i>)	259
[303] Síntese das causas de perda de vigência	260
[304] Conceito de revogação	260
[305] Ab-rogação e derrogação	260
[306] Pressupostos da revogação	260
[307] Mesmo nível hierárquico	260
[308] Requisitos de formação compatíveis	260
[309] Mesmo nível de generalidade	261
[310] A revogação expressa e tácita	261
[311] Repristinação	262
[312] Direito intertemporal e o conflito de leis no tempo	262
[313] O tempo rege o ato (<i>tempus regit actum</i>)	263
[314] Disposições transitórias	264
[315] Princípio da retroatividade mitigada. A terminologia	265
[316] O conteúdo do princípio da retroatividade mitigada	265
[317] Ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada	267
[318] Coisa julgada e lei penal mais favorável	267
[319] Direito adquirido e normas de ordem pública	268
[320] Plano da eficácia	270
[321] Eficácia material	270
[322] Eficácia social	271
[323] Eficácia social da norma e democracia	272
[324] Eficácia técnica ou jurídica	272
[325] A norma dotada de ineficácia material ou técnica é inaplicável, mas não é anulável	272
[326] (In)eficácia e validade da norma	273
[327] Comunicação entre os planos	273
RELAÇÃO JURÍDICA	275
[328] A importância da relação jurídica	275
[329] Noção de relação	275
[330] Noção de relação jurídica	276

[331] Conceito de relação jurídica na doutrina	276
[332] Conceito de relação jurídica	277
[333] Relação jurídica como sentido e linguagem	277
[334] Vínculo entre sujeitos de direito. A personalidade jurídica.....	277
[335] Pessoa natural e pessoa jurídica	277
[336] Os sujeitos conforme a situação jurídica ativa e passiva.....	278
[337] Fato jurígeno ou fato jurídico.....	278
[338] A lei como fato jurídico e as relações jurídicas “abstratas”.....	279
[339] Crítica a teoria do “fato jurídico” segundo Ferrajoli.....	280
[340] Conteúdo da relação jurídica (Objeto imediato).....	280
[341] Relações simples e complexas	281
[342] Objeto da relação jurídica (objeto mediato)	281
[343] O exemplo das relações jurídicas referentes à licença veicular e ao IPVA.....	282

Parte IV – TEORIA DO ORDENAMENTO

TEORIA DO ORDENAMENTO	287
[344] O ordenamento jurídico	287
[345] O ordenamento jurídico complexo	287
[346] O ordenamento moral é estático	287
[347] O ordenamento jurídico é dinâmico, segundo Kelsen	288
[348] O ordenamento jurídico no constitucionalismo contemporâneo.....	289
[349] A teoria do ordenamento jurídico	289
[350] Problemas inerentes ao ordenamento jurídico, segundo Bobbio.....	289
[351] A unidade do ordenamento e o problema da hierarquia de normas	290
[352] A Constituição e o poder (de fato) originário: o poder constituinte	291
[353] A norma hipotética fundamental de Kelsen.....	292
[354] A coerência do ordenamento e o problema das antinomias.....	292
[355] As antinomias.....	293
[356] As antinomias aparentes e reais.....	294
[357] Os critérios para a solução das antinomias aparentes	294
[358] O critério hierárquico.....	294
[359] O critério cronológico	295
[360] O critério da especialidade	296
[361] Antinomia real e a insuficiência de critérios.....	296
[362] A completude do ordenamento e o problema das lacunas.....	297

[363] O dogma da completude do ordenamento jurídico	297
[364] A lacuna como insuficiência do sistema.....	297
[365] Lacuna e espaço jurídico vazio	298
[366] Lacuna e o pensamento principiológico pós-positivista.....	298
[367] O remédio para as lacunas não é o retorno ao codicismo.....	300
[368] Lacuna ideológica	300
[369] A integração.....	301
[370] Autointegração	301
[371] Heterointegração.....	302
[372] A multiplicidade de ordenamentos e o problema da interferência externa ...	302
[373] O monismo jurídico.....	303
[374] O pluralismo jurídico.....	303
[375] Ordenamentos diferentes do estatal mas por ele admitidos. Ordenamentos subestatais.....	303
[376] Ordenamentos internacionais intergovernamentais e sua relação com os ordenamentos nacionais.....	304
[377] Ordenamentos internacionais de origem privada e o acolhimento pelo ordenamento nacional.....	305
[378] Os ordenamentos estatais estrangeiros e o reconhecimento de seus efeitos no ordenamento nacional	306
 OS MODELOS DE ORDENAMENTO JURÍDICO: DO CODICISMO	
AO CONSTITUCIONALISMO	307
[379] Os modelos de ordenamento	307
[380] A codificação do direito	307
[381] O codicismo como o auge da codificação.....	307
[382] Codicismo e segurança jurídica	308
[383] Exemplos de código no ordenamento brasileiro.....	308
[384] Estatutos e consolidações.....	308
[385] O perfil histórico do codicismo	308
[386] Crítica ao codicismo	309
[387] Codificação e o nazismo.....	309
[388] Codicismo contemporâneo.....	310
[389] Os constitucionalismos.....	310
[390] Kelsen e a injusta acusação de nazista	311
[391] Fundamento histórico do constitucionalismo.....	312
[392] Consequências do constitucionalismo contemporâneo na formação dos ordenamentos.....	312

[393] A utilização dos princípios jurídicos	312
[394] Técnica legislativa voltada para textos mais abertos	313
DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO.....	315
[395] Necessidade da distinção entre esfera pública e privada.....	315
[396] Esfera privada.....	315
[397] Esfera pública.....	315
[398] Supremacia do interesse público	316
[399] Distinção entre direito público e direito privado	316
[400] Princípio da legalidade no direito público e no direito privado.....	316
[401] Zona gris ("constitucionalização do direito civil", "privatização do direito administrativo" e "direitos transversais").....	317
[402] Teorias voltadas à distinção.....	318
[403] Teoria dos sujeitos.....	318
[404] Teoria dos interesses	318
[405] Teoria da relação de dominação	319
[406] Teoria do regime jurídico	319
[407] Conceito de direito público.....	319
[408] Conceito de direito privado	320

Epílogo – COM ESPÍRITO DE PRÓLOGO

EPÍLOGO (Com espírito de prólogo)	323
Introdução.....	322
Parkinson: um novo companheiro de viagem	322
Este livro é fruto de um novo critério de urgência.....	324
Não estou sozinho nesta jornada.....	324
BIBLIOGRAFIA.....	327